

A CRISE ALIMENTAR GLOBAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Olympio Barbanti¹

Resumo

Esse texto tem por objetivo fazer uma análise da crise alimentar que atualmente possui impacto mundial, a atinge, em especial, países do Sul Global. Para tanto, busca compreender, a partir de um enquadramento de relações de dependência, e da estruturação de regimes alimentares, o processo de controle da produção agrícola desde os tempos coloniais, passando pela modernização e pela Revolução Verde, até chegar ao processo contemporâneo de financeirização dos mercados agrícolas, tendência intensificada após a crise das hipotecas, nos EUA. O artigo conclui identificando as formas atuais de dependência financeira, e questões adicionais referentes ao padrão de acumulação capitalista, que afetam dimensões ambientais, nutricionais, e de desenvolvimento territorial, dentre outras.

Abstract

This paper aims to analyze the current food crisis, which has global impacts, and affects in particular countries of the Global South. Therefore, it seeks to understand, from a dependency theory framework, and the structure of food regimes, the process of controlling agricultural production that takes place since the colonial period, passing through the modernization era and the Green Revolution, to reach the contemporary process of financialization of agricultural markets, a trend that has been intensified since the mortgage crisis in the United States. The article concludes by identifying the current forms of financial dependence, and localizing additional issues in the debate related to patterns of capitalist accumulation, affecting environmental, nutritional, and territorial development, among others dimensions.

Palavras-chave: sistemas agroalimentares, regimes alimentares, segurança alimentar

Key-word: agri-food systems, food regimes, food security

¹ Olympio Barbanti é professor-adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC).

1. Introdução

Em 2024 o Brasil chegará à posição de principal país produtor e exportador de produtos agrícolas no mundo, segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), publicado em 1º de julho de 2015. (FAO/OCDE, 2015) As plantações deverão atingir um incremento anual de 1,5%, ocupando uma área de 69,4 milhões de hectares em 2024, o que corresponde a um crescimento de 20% em relação à média do período entre 2012-2014. A maior parte dessa expansão, segundo a FAO e a OCDE, ocorrerá nas lavouras de cana-de-açúcar (alta de 37%), de algodão (35%) e de oleaginosas (23%), em especial a soja. Atualmente, o país ocupa o segundo lugar na produção mundial de alimentos, atrás dos Estados Unidos.

O crescimento da produção agrícola no Brasil ocorre no mesmo período em que diversas partes do mundo passam por crises alimentares, marcadas por fome (*hunger*), insuficiência de alimentos e nutrição (*famine*), e falta de alimentação e nutrição mínimas (*starvation*). Esses processos ocorrem justamente em um período no qual a quantidade de alimentos produzidos no mundo é suficiente para alimentar toda a população existente. Não se trata, portanto, de um problema malthusiano, e, sim, da incapacidade dos mercados de distribuir comida, ou da incapacidade das pessoas de ter acesso à comida e de comprá-la.

O Brasil é, portanto, um dos principais fornecedores de alimentos, mas alimentos que não têm resolvido o problema da fome. Diversos fatores são apontados para explicar a atual crise, iniciada juntamente com a crise dos chamados *sub prime*, nos Estados Unidos. A conjunção de tais fatores é de tal forma complexa, que o problema ganhou o apelido de “a tempestade perfeita”. Sua complexidade advém da dificuldade de construção de cooperação entre os atores no sistema internacional com vistas a modificar os elementos causais da crise alimentar.

Embora considerada uma *low politics* em Relações Internacionais, a disponibilidade de alimentos sempre representou um elemento central na maneira como as sociedades humanas se organizaram. Já no período colonial, e, especialmente, no período a partir do Tratado de Westfália (1648) até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram sendo construídos mecanismos de troca e controles de mercado que levaram a diversos problemas de alimentação nas colônias e áreas sob o controle das metrópoles. Posteriormente à Segunda Guerra, conformou-se o atual regime alimentar, conceito utilizado por Harriet Friedmann (1982, p. 249) para designar uma ordem alimentar mundial, ou, especificamente, “um conjunto de políticas complementares cuja coordenação implícita determina

preços em relação a outros preços, cria um padrão específico de especialização, e consequentemente padrões de consumo e comércio.”

A diferença que a análise a partir de regimes alimentares pode fazer, diz McMichael (2009, p. 141, 142) “é que ele prioriza as maneiras pelas quais as formas de acumulação do capital na agricultura constituem arranjos de poder global, como é expressado por meio de padrões de circulação de alimentos ... o conceito regime alimentar oferece uma lente comparativa-histórica única sobre as relações políticas e ecológicas do capitalismo moderno em larga escala. (McMichael 2009, 141, 142)

Essa dinâmica de regimes/sistemas alimentares traz diversas questões para análise no campo das Relações Internacionais, e se apresenta como tema de crescente importância dado não apenas sua dimensão humanitária, como, também, as diversas correlações com a questão agrária contemporânea, com mudanças climáticas e alteração de bases e estruturas produtivas, com conflitos, com dimensões de direitos humanos, com processos de desenvolvimento, e com o questionamento sobre os impactos da falta/estrutura de produção de alimentos na soberania dos Estados-nação.

A partir de uma revisão de literatura ampla, esse texto busca contextualizar o problema da segurança alimentar global, identificando os principais temas do debate, a partir de uma perspectiva teórica, compartilhada pelos diversos autores citados, de que há nos mercados agrícolas relações caracterizadas por dependências centro-periferia, as quais adquiriram dinâmicas diferenciadas, em função da junção de mercados de comida com mercados financeiros, e também com diversas outras agendas nas áreas de saúde, direitos humanos, e meio ambiente, dentre outros. Essa discussão é estruturada pela revisão da formação dos mercados e dos sistemas agroalimentares desde o período colonial, até o presente. Essa discussão é apresentada em quatro seções, além dessa introdução e da conclusão. A segunda seção discute o marco teórico da dependência, em especial na visão de Samir Amin, a partir de uma contextualização histórica da questão de (in)segurança alimentar. A terceira seção apresenta o pensamento de modernização da produção agrícola, e sua consequência para a chamada Revolução Verde. A quarta e última seção expositiva analisa a crise alimentar contemporânea, identificando como os mercados financeiros, após a crise dos sub prime nos Estados Unidos, aumentaram sua atuação nos mercados agrícolas, intensificando os problemas já existentes de insegurança alimentar, que respondem, também, a padrões de acumulação capitalista que afetam dimensões ambientais, nutricionais, e de desenvolvimento territorial, dentre outras.

1. Alimentação e dependência

O crescimento da agricultura em todo o mundo está diretamente condicionada pelo processo de introdução do capital na produção de alimentos, e, num momento mais recente, pela financeirização das diversas etapas do processo de produção, distribuição, consumo de alimentos.

Embora diversos autores apontem a Primeira Guerra Mundial como o marco que deu início às preocupações sistemáticas sobre segurança alimentar, o problema da fome (*hunger*), da insuficiência de alimentos e nutrição (*famine*), e da falta de alimentação e nutrição mínimas (*starvation*) acompanha a história da humanidade, havendo registros desde o tempo do Império Romano. (Braudel, 1995) Na verdade, as sociedades humanas sempre se organizaram em função da disponibilidade e da produção de alimentos e de água. (Diamond, 2001) Da mesma forma, os conflitos entre sociedades tiveram, invariavelmente, a comida e a água como elemento presente: senão elas mesmas como sendo a razão do conflito, invariavelmente estavam presentes como elemento associado ao conflito: por exemplo, pelo controle das fontes e dos estoques de alimentos do oponente. No entanto, no período colonial, e, especialmente, no período a partir do Tratado de Westfália (1648) até a Segunda Guerra Mundial foram sendo construídos mecanismos de troca e controles de mercado que levaram a diversos problemas de alimentação nas colônias e áreas sob o controle das metrópoles.

A interpretação teórica desse processo parte da análise da maneira como se dá o desenvolvimento dependente, pelo qual os países centrais construíram e ainda constroem as condições de especialização internacional, gerando práticas de troca desigual num processo de acumulação contínua. A análise de Samir Amin (1976) relativa a formas de acumulação na periferia revela como um setor exportador nacional, eminentemente dominado por produtos agrícolas, conforma o mercado. Na periferia, aponta Amin, ao contrário de uma análise generalista centro/periferia, existe grande heterogeneidade no desenvolvimento das forças produtivas, ocorrendo um setor exportador avançado, ao mesmo tempo em que outros setores permanecem atrasados e com níveis de remuneração da força de trabalho ainda mais baixa do que no exportador, que se beneficia disso.

Um mercado interno aparece a partir de um determinado grau de expansão do setor exportador. Pela natureza das camadas sociais locais que se associam para o controle desse setor, e/ou dele se beneficiam por laços mais estritos, dá-se uma maior demanda por bens de consumo de luxo, em detrimento dos bens de massa. Os representantes dessas camadas locais, diz Amin, são aqueles que perfazem o papel de “correia de transmissão” entre o controle do centro e das camadas sociais mais baixas: a burguesia comercial compradora, a burocracia estatal (superior), e os latifundiários.

Dado que o mercado é dominado pelos produtos de luxo, “a industrialização, por substituição de importações, vai, pois, começar pelo fim, isto é, pelos produtos correspondentes aos estágios mais avançados do desenvolvimento do centro, os bens duráveis.” (Amin, 1976, p. 163) Dessa forma, haverá uma distorção na alocação de recursos para esses produtos, em detrimento da produção de bens de consumo de massa. Nesse ponto o autor faz uma relação importante para o argumento que aqui se desenvolverá: dado que esse processo “é baseado em opções de desenvolvimento fundada na "rentabilidade" – as estruturas da distribuição da renda, as estruturas de preços relativos e as da demanda sendo o que são – conduz necessariamente a esta distorção”, a qual traz consigo a “estagnação da agricultura de subsistência.”

“Visto sob o ângulo social”, diz o autor, ocorre a marginalização das massas, ou um conjunto de mecanismos de empobrecimento:

“proletarização de pequenos produtores agrícolas e artesanais, semiproletarização rural e empobrecimento sem proletarização dos camponeses organizados em comunidades de aldeia, urbanização e crescimento maciço do desemprego urbano declarado e do subemprego, etc.” (Amin, 1976, p. 163)

Trata-se de um processo que vem associado a mecanismos de dominação, culturais e políticos, e também outros mecanismos econômicos: “a dependência tecnológica e a dominação de firmas transnacionais”, dado que “só as grandes empresas oligopolistas transnacionais podem implantar e que são o suporte material da dependência tecnológica.”

Harriet Friedmann propõe uma extensão do modelo específico de desenvolvimento/subdesenvolvimento apresentado por Amin, e formula o conceito de regimes alimentares, que se referem à forma de estruturação econômica e política da produção e do consumo de bens agrícolas, em um contexto temporal amplo, ou, mais especificamente, “um conjunto de políticas complementares cuja coordenação implícita determina preços em relação a outros preços, cria um padrão específico de especialização, e conseqüentemente padrões de consumo e comércio.” (FRIEDMANN, 1982, p. 249)

A partir dessa análise, a autora identifica dois regimes alimentares. O primeiro regime alimentar é resultado do sistema de trocas montado pelas potências europeias, em especial pela Inglaterra, para importação de trigo e carne das colônias nas quais havia assentamentos de origem europeia, entre 1870 e 1914. A autora distingue duas formas de colônias: aquelas “de assentamento”, e as “de

colonização”. As primeiras, de assentamento, seriam formadas por migrantes da metrópole, que pouco ou nada se misturaram com os locais. Chamadas em inglês de “*settler states*”, Friedmann identifica essas colônias como Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Nesses casos, a metrópole dedicava um relacionamento preferencial. Em retorno, esses *settler states* receberam produtos manufaturados, mão de obra qualificada e investimentos, em especial para a construção de vias férreas. Friedmann argumenta que a relação preferencial das metrópoles com esses *settler states* teria configurado o primeiro sistema internacional.

Segundo Harriet Friedmann, no lugar das tradicionais trocas de bens manufaturados nas metrópoles por produtos exóticos das colônias, desenvolveu-se um comércio de produtos agrícolas oriundos da agricultura temperada, mas produzidos nesses *settler states*, como o trigo, além de alguma manufatura. Assim, aponta Friedmann, apareceu uma verdadeira divisão internacional do trabalho baseada na lógica de vantagem comparativa de Ricardo, na qual os *settler states* reproduziam a produção agrícola europeia, e, em menor escala, a produção industrial, “em base mais eficiente em termos de custo adequado para o provisionamento de grande escala das crescentes classes trabalhadoras europeias.” (FRIEDMANN, 1989, p. 96)

Por ocasião da depressão dos anos 1870, os Estados europeus aumentaram a pilhagem em terras ainda não ocupadas, anexando novas colônias na África e no sudeste asiático. Com base na argumentação de Hobsbawm, a autora mantém que os rivais da hegemonia britânica ampliaram nesse mesmo período a pilhagem de recursos para garantir acesso a produtos tropicais demandados pelas novas tecnologias e novas dietas, visando assim abrir novos mercados para seus negócios (HOBSBAWM, 1987, p. 63-4). Nesse momento, como estratégia de manutenção de seu controle sobre colônias e comércio, a Grã-Bretanha impôs, por meio de seu poderio militar, “liberdade para comércio e investimentos onde quer no mundo que seus comerciantes e investidores desejassem.” (Brown, 1970, p. 88)

Essa estratégia britânica de manutenção do controle sobre o comércio foi conducente de um novo padrão de relacionamento da metrópole com suas nas colônias nas últimas décadas do século XIX, e incluía também o emprego de administrações profissionais, obedientes à metrópole, mas dela distantes. Ao mesmo tempo em que as metrópoles se firmavam como Estado-Nação, as colônias cresciam na organização interna, mais como Estado do que como Nação.

A Irlanda, que havia se integrado à Grã-Bretanha entre 1799 e 1803, continuava a ser tratada como uma espécie de apêndice da metrópole, para a qual fornecia alimentos em grande quantidade. Entre

1845 e 1849, cerca de uma terça parte da população da Irlanda dependia da produção de batatas para viver. A homogeneidade das plantações, eminentemente direcionadas a suprir os mercados ingleses, deixou-as vulnerável a pragas, que afinal dizimaram a produção, causando fome em larga escala que resultou na morte de cerca de um milhão de pessoas, e levou mais um milhão a migrar. A população do país foi reduzida entre 20% e 25% num curto período de tempo – um impacto adicional à fome de 1740, causada por uma súbita variação climática que atingiu a Europa e ficou conhecida como “o grande frio”.

Embora o argumento de Friedmann esteja focado nas práticas da Grã-Bretanha, outras metrópoles colonizadoras também passaram por processos semelhantes, e levaram a crises alimentares como consequência do controle de mercados. Tal controle teve efeitos aumentados por uma conjunção negativa após 1876, quando teve início um forte efeito El Niño, mais precisamente denominado El Niño-Southern Oscillation (ENSO), ou Oscilação Sul-El Niño (OSEN). Juntos, regras de mercado e mudanças climáticas levaram a grandes eventos de insuficiência e falta de alimentação e nutrição nos anos 1876-1878, 1896-1897, e 1899-1902, na Índia, China, Brasil, Etiópia, Coreia, Vietnã, Filipinas e Nova Caledônia, quando morreram de fome em todo o mundo algo entre 30 e 60 milhões de pessoas. (DAVIS, 2001)

Segundo Davis, os controles coloniais e a formação de mercados capitalistas resultaram no aumento da pobreza rural e levaram a todos os estágios de fome. Para o autor, as políticas econômicas *laissez faire* e a ideologia econômica malthusiana dos governos coloniais levaram à grande quantidade de óbitos, e à redução na capacidade de produção de alimentos. "Entre 1875-1900", escreve Davis, “um período que incluiu as piores fomes da história anual, exportações de grãos da Índia aumentaram de três para 10 milhões de toneladas”, equivalente à nutrição anual de 25 milhões de pessoas." (DAVIS, 2001, p. 320)

Sobre esses processos de fome e morte, Davis (2003) lembra que praticamente todos os historiadores modernos ignoram as secas de grandes proporções e os períodos de fome e morte que atingiram o que se chama hoje de "Terceiro Mundo". Sobre os milhões de mortos, ele destaca que:

“Seu fim trágico ocorreu em plena idade de ouro do capitalismo liberal; de fato, pode-se até dizer que muitos deles foram as vítimas mortais da aplicação literalmente teológica dos princípios sagrados de Adam Smith, de Jeremy Bentham e de John Stuart Mill. No entanto, o único historiador econômico do século 19 que parece ter percebido bem que os grandes períodos de fome vitorianos (pelo mesmo no caso da Índia) em capítulos incontornáveis da história da modernidade capitalista foi Karl Polanyi, em seu livro ‘A Grande Transformação’, de 1944. ‘A origem real da fome dos últimos cinquenta anos’, dizia ele, ‘é o mercado livre dos cereais, combinado com uma falta local de rendimentos.’ ” (DAVIS, 2003, s/n)

O autor exemplifica o comportamento político dos mercados lembrando que "na virada do século, a Índia estava fornecendo quase um quinto do consumo de trigo da Grã-Bretanha à custa de sua própria segurança alimentar." (DAVIS, 2000, p. 59) As regras do "livre mercado" não prevaleciam nas colônias, que, mesmo tendo poucos recursos, tinham que arcar com os custos da segurança territorial nos limites definidos pelos colonizadores, e garantir uma quantidade de mercadorias como determinado pela metrópole. Na Índia, durante esse período, enquanto milhares morriam de fome, os grãos continuavam a ser exportados para a Grã-Bretanha.

Sobre a fome no nordeste brasileiro, Davis (2001) cita que a correlação entre o efeito ENSO, juntamente com a falta de terras para agricultura de subsistência, dado que a monocultura da cana-de-açúcar havia tomado as principais terras produtivas, e levado a uma grande fome em 1870. Esse processo é relatado por Josué de Castro (1984), que lembra como, desde o início do período colonial, o ambiente natural do Nordeste foi sendo alterado pela monocultura da cana de açúcar. A mudança introduzida a partir de 1870, lembra Josué de Castro, foi "o estabelecimento dos chamados engenhos centrais, precursores das grandes usinas atuais", os quais permitiram ao sistema latifundiário progredir de forma assustadora, "acentuando a miséria alimentar nessa zona" (CASTRO, 1984, p. 113), onde "[a]s condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares (p. 106).

Com o passar do tempo, alguma manufatura se estabeleceu nas ex e nas atuais colônias, inclusive como compensação, em momentos de crise, quando as metrópoles permitiram a troca de máquinas por bens agrícolas. Ocorreu alguma especialização, mas a agricultura nas colônias, em especial nos *settler states*, passou a produzir com custos reduzidos os mesmos produtos da metrópole. Para Friedmann, esse processo caracterizou a primeira divisão internacional do trabalho. (FRIEDMANN, 1989, p. 102)

O segundo regime alimentar desenvolve-se a partir de três elementos distintivos: o desenvolvimento do capitalismo, o papel crescente das corporações privadas na agricultura, e o problema da segurança alimentar. Friedmann (1982) destaca que as antigas colônias, em especial aquelas na América Latina que haviam conseguido suas independências em um período anterior às colônias africanas e asiáticas, passaram enfrentar um declínio de exportações, quer pela capacidade dos países centrais de substituir produtos naturais por materiais sintéticos, quer pela concorrência entre produtores do mesmo bem agrícola. A agricultura, diz a autora, mudou de seu foco,

tradicionalmente colocado em produto final, para produtos manufaturados e, até mesmo, produtos duráveis.

2. A modernização da agricultura

Porém, antes de analisar o papel crescente das corporações privadas, é relevante discutir aspectos do enquadramento político, social e cultural que acompanhou esse processo. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura se dava pela introdução de tecnologias, capital, maquinário e assistência técnica especializada, ocorria um enquadramento pejorativo da atividade agrícola, em especial do campesinato, como sendo ultrapassado, ineficiente, tradicional, e outros adjetivos que indicavam o papel subalterno que a produção rural tradicional estaria condenada a ter desde então.

Nesse período que se estende desde a Primeira Guerra Mundial até o início dos anos 1950, o "moderno" passou a ser identificado com "orientação à realização", mudança, ou transição, nas palavras de Lerner (1964). Moderna seria então a sociedade que manifesta capacidade de incorporar novas funções, e têm uma orientação de espírito público, por isso vai se envolver no processo de modernização. Havia na obra de Lerner um tipo de preconceito contra áreas rurais. "A sociedade tradicional [rural] é não participante", argumentou (1964, p. 50), para concluir que "os horizontes das pessoas são limitados por localidade".

Esta visão evolucionária da modernização no campo e nas sociedades, associada a um modelo de "estágios", foi em seguida apresentada por Rostow em seu texto de 1960, "Estágios de Crescimento Econômico: um manifesto não comunista". Rostow alega que a dimensão econômica de todas as sociedades poderia ser resumida em uma das cinco categorias: a sociedade tradicional; as pré-condições para a descolagem; decolagem; a passagem à maturidade; e a idade do consumo de massa." (1960: 4) O que está no cerne da proposição de Rostow é a crença de que as nações pobres poderiam replicar o mesmo caminho de desenvolvimento anteriormente realizado por países industrializados, e a performance dos países pobres/em desenvolvimento poderia ser avaliada em relação a proposições econômicas daqueles industrializados.

As proposições de Rostow, associadas à ética empresarial como a força motriz do desenvolvimento, levaram a recomendações de política cuja receita básica era o desenvolvimento industrial, urbano. Como o motor do crescimento, indústria deve ser apoiada pela agricultura, que deveria transferir recursos, especialmente de trabalho, para o setor industrial. A agricultura foi tratada pelos teóricos

liberais da modernização como uma "caixa preta da qual seria possível tirar pessoas, comida para alimentá-las, e talvez capital." (LITTLE, 1982, p. 106)

Alguns economistas dessa perspectiva exerceram influência especial durante os anos 1950 na formação do entendimento de que a agricultura deveria ser posicionada como um segmento de transferência de recursos. A tese de Raul Prebisch (1959) argumenta que as possibilidades de crescimento através de produtos primários agrícolas e outros são muito limitadas, porque os termos de troca para estes produtos em relação às importações necessárias de manufaturados não são favoráveis. A recomendação política que se seguiu a este argumento era que as nações pobres deveriam dar prioridade às importações de bens manufaturados, deixando de lado a produção de bens agrícolas destinados à exportação. Esta substituição de importações foi fortemente executada no Brasil no início da década de 1950, e mantida por mais de uma década. O modelo de substituição de importações impulsionou a urbanização do país, ao mesmo tempo em que resultou em fortes efeitos prejudiciais para o sector agrícola.

Outro artigo influente daquela época era "Desenvolvimento Econômico com Fontes Ilimitadas de Trabalho", por W. Arthur Lewis (1954). O autor formulou sua ideia em torno de um modelo de dois setores – um sector troca capitalista moderna e um local, não capitalista, dominado pela agricultura de subsistência. Simplificando, a tese de Lewis é que o trabalho "excedente" e outros recursos devem ser transferidos da agricultura para a indústria para promover o crescimento, uma vez que a indústria iria reinvestir lucros e realizar a expansão capitalista. No modelo de Lewis, a oferta de trabalho era "ilimitada" no sentido de que a oferta de trabalho seria sempre maior que a demanda industrial à taxa salarial existente.

Em outras palavras, ele assumiu que o setor rural poderia prover continuamente migração de trabalhadores para as indústrias urbanas. Essa crença teve efeitos generalizados sobre outros economistas e políticos. Como Eicher e Staats (1990) colocaram, "muitos economistas do desenvolvimento concluíram que, uma vez que o crescimento econômico facilita a transformação estrutural da economia no longo prazo, a transferência rápida de recursos (especialmente" trabalho excedente ") da agricultura à indústria era uma estratégia adequada no curto prazo para o desenvolvimento econômico." (Eicher e Staats, 1990: 5)

A quarta tese influente foi apresentada por Albert Hirschman (1958). Em seu livro "A Estratégia do Desenvolvimento Econômico", Hirschman explorou as ligações entrelaçadas, para frente (cadeia prospectiva) e para trás (cadeia retrospectiva), entre as diferentes atividades econômicas. Para ele,

a manufatura possui uma "superioridade esmagadora" em relação à agricultura em termos de criação de novas atividades por meio dessas ligações. Portanto, conclui-se que o crescimento econômico ocorreria de forma mais rápida e mais abrangente por meio do investimento em atividades industriais, e não na agricultura.

Esse encadeamento da agricultura como fonte de recursos para a indústria e para a sociedade urbana aparece, também, no trabalho de Johnston e Mellor (1961). Para os autores, tal encadeamento seria fruto das cinco funções da agricultura: (i) liberar mão de obra a ser empregada na indústria, ampliando a oferta de forma a evitar a elevação dos salários, o que evitaria comprimir a taxa de lucro, ao mesmo tempo em que iria garantir acumulação contínua de capital; (ii) fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial; (iii) financiar o desenvolvimento por meio da geração de divisas externas via exportação de produtos agrícolas, especialmente commodities, e obtenção de saldo necessário para a importação de bens de consumo e de produção; (iv) transferir poupanças para investimentos no setor industrial e para a implementação da infraestrutura econômica e social; (v) gerar mercados para bens industriais, complementando os mercados urbanos

Juntamente com essas ideias formou-se um modelo de cooperação internacional Norte-Sul para o desenvolvimento tendo como base a suposição de que a tecnologia agrícola e os modelos de extensão rural praticados em países de alta renda poderiam ser transferidos para os países não industrializados; esta estratégia seria depois chamada de "modelo de difusão". Agricultores "tradicionais", era argumentado, poderiam aumentar substancialmente sua produtividade por meio da combinação de uma melhor alocação de recursos e adoção de práticas agrícolas, tecnologias e instituições de países ocidentais.

O pressuposto de caráter institucional referia-se a estruturas adequadas de posse da terra, o ambiente político era regulado por práticas democráticas ocidentais, e que havia entre os agricultores níveis de educação que os colocavam em condições de receber e adotar as orientações advindas no modelo de difusão. Na base deste raciocínio estava a convicção de que os pequenos agricultores "tradicionais", ou seja, os camponeses, não tinham capacidade para tomar decisões de forma fundamentada, e não poderiam aumentar sua produção agrícola sem assistência externa para o desenvolvimento rural local.

Uma visão parcialmente diferente surgiu em meados da década de 1960, quando outro influente trabalho argumentou que a extensão agrícola, por si só, não era suficiente. Uma mudança forte na maneira como o investimento em pesquisa agrícola, os insumos baseados em tecnologia, e a

maneira de se relacionar com o capital humano era necessário para aumentar a produção agrícola per capita. "Transformar a Agricultura Tradicional" foi o livro de 1964 em que T.W. Schultz afirmou que os agricultores pobres não eram irracionais, mas capazes de alocar de forma eficiente seus poucos recursos. O autor compreendia os pequenos agricultores como potenciais maximizadores de lucro, o que fazia dos mesmos pequenos capitalistas. O fraco desempenho dos pequenos agricultores deveria ser atribuído à falta de capital e conhecimento técnico.

Um objetivo central das políticas para o desenvolvimento agrícola deveria então ser a provisão de crédito e a extensão agrícola em níveis adequados à capacidade desses pequenos agricultores. A tese de Schultz forneceu as bases teóricas e práticas que deram suporte à construção dos modelos de assistência técnica e extensão rural dos governos ocidentais para os países em desenvolvimento, com base no desenho de processos de capacitação que replicavam conhecimentos da agricultura empresarial, posto que o autor não atribui aos pequenos produtores rurais uma lógica de reprodução social, especificamente na sua relação de trabalho com a terra, que seja diferente da maneira como grandes agricultores procedem; a racionalidade de ambos, para Schultz, seria a mesma, apenas o acesso a recursos financeiros, tecnológicos e capital separaria esses dois grupos.

Em termos práticos, tal assistência assumiu a chamada "Revolução Verde", um termo associado ao conhecimento tecnológico crescente sobre as variedades de alto rendimento de grãos. O maior volume de produção obtido por meio do emprego de insumos intensivos em tecnologia – como agrotóxicos, ou agroquímicos, como prefere a indústria, além de novas variedades de grãos –, foi considerada aplicável a todos os tipos de agricultura, da grande à pequena escala. Adicionalmente, esse modelo capitalista de produção rural era tido como capaz de fornecer emprego produtivo para a força de trabalho rural, ao mesmo tempo em que “iria produzir os bens que os salários de uma força de trabalho industrial em expansão necessitavam comprar.” (EICHER e STAATZ, 1990: 9) Essa abordagem de fato resultou em uma produção agrícola aumentada, e reduziu os preços dos alimentos básicos em áreas urbanas. No entanto, os benefícios da Revolução Verde não foram generalizados.

Diversas circunstâncias levaram ao fracasso das estratégias da Revolução Verde para os pequenos produtores rurais. Entre eles pode-se citar a desigualdade dos recursos disponíveis nas propriedades rurais, bem como a distância dos agricultores dos principais mercados consumidores. Em muitos casos, os pequenos agricultores não podiam pagar a compra de insumos caros (como fertilizantes). Mesmo quando podiam, raro seria o caso em que a produção pudesse ser vendida em mercados locais, onde os consumidores não tinham como pagar por esses produtos, cujos preços, dado o uso

de agrotóxicos e sementes “melhoradas”, era mais elevado do que aqueles obtidos na chamada agricultura “tradicional”.

Teve início então uma grande evasão de pequenos produtores rurais. Em um, primeiro momento, deixaram o campo aqueles que contraíram empréstimos bancários para a compra de insumos com conteúdo tecnológico, ou que apostaram sua produção em métodos da Revolução Verde. Em um segundo momento, com a expansão desse tipo de agricultura em um número reduzido de grandes propriedades, o preço dos alimentos caiu a tal patamar que tornou-se inviável para os chamados pequenos produtores tradicionais competir. O modelo da Revolução Verde também inflou os preços da terra, causando a saída daqueles que eram arrendatários, como também dos “meeiros”. O efeito colateral do que era para ser um desenvolvimento agrícola foi, de fato, uma grande migração dos trabalhadores rurais para as áreas urbanas.

A tese de Hirschman que as atividades industriais iriam promover o crescimento econômico em outros setores da economia encontrou ampla aceitação. Na França, François Perroux publicado em 1955, o artigo "La Noção de Pôle de Croissance", cujos argumentos foram posteriormente expandidos em seu livro de 1961 "L'Économie du XXe Siècle". Perroux introduziu o conceito de pólos de desenvolvimento (adotado por Hirschman), o que representou para o setor industrial de muitos países do Terceiro Mundo uma espécie de contrapartida industrial do que a Revolução Verde foi para a agricultura.

A proposição central de Perroux era que os governos dos países em desenvolvimento deveriam investir pesadamente em indústrias de capital intensivo, e o crescimento econômico deste sector iria se espalhar para fora, para gerar desenvolvimento regional. Como em outras teses da modernização liberal, a proposição de Perroux era que o investimento deveria ser concentrado no setor urbano industrial, o que resultaria em um efeito *trickle down* para o restante da economia, incluindo as áreas rurais, tanto em escala local como na regional. Tal efeito *trickle down*, ou "permeação" ocorreria como uma função natural das forças de mercado.

Particularmente em relação à abordagem polos de desenvolvimento, três linhas principais de crítica foram formuladas. Em primeiro lugar, a experiência provou que os efeitos *trickle-down* esperados foram bastante limitados à área geográfica em que foi colocado. O crescimento econômico nacional acelerado previsto pelos defensores desta tese não ocorreu, e os benefícios desses polos não atingiram as camadas mais pobres da sociedade. Além disso, muitos polos operaram como enclaves econômicos dentro da região onde se instalaram, sem se relacionar economicamente ou

politicamente na localidade onde a operação física estava ocorrendo, além de não absorver a mão de obra local.

Finalmente, a estratégia de polos de desenvolvimento era uma expressão de um estilo autoritário, *top-down* de planejamento. Este tipo de desenvolvimento "de cima para baixo" provou ser insensível às características e necessidades das populações locais, que permanecem à margem dos benefícios. Muitas consequências trazidas por postes eram de fato adverso. Os "efeitos para trás", ou seja, para a sociedade existente, foi o aumento da desigualdade entre as áreas onde os polos se instalaram e suas periferias, como também entre áreas urbanas e rurais (Potter e Unwin, 1989), num efeito de acumulação extrovertida.

Essas políticas da chamada modernização da agricultura foram implementadas em todos os continentes, com efeitos parcialmente semelhantes, dado o fato de que elas têm a lógica de "pacote" a ser transferido *top-down*. Nesse sentido, é de se esperar que os impactos sejam semelhantes. No entanto, tais políticas de introdução do capital na agricultura encontraram sociedades com diferentes recursos (*endowments*) naturais, e com diversas experiências em relação a processos de dominação e subordinação. A chegada do modelo da Revolução Verde ao redor do globo necessita ser analisado em perspectiva histórica.

3. A agricultura no pós-Segunda Guerra

A conjuntura no período histórico recente, pós Segunda Guerra Mundial, tem seus contornos iniciais definidos em 1944 pela formalização das instituições de Bretton Woods. Nesse mesmo período, nasce a primeira ação não governamental para a segurança alimentar: a organização não governamental inglesa Oxfam (2015). O nome deriva de Comitê de Oxford para Alívio da Fome (Oxford Committee for Famine Relief), fundada na Grã-Bretanha em 1942, com o objetivo de angariar alimentos para serem enviados através de um bloqueio naval aliado para mulheres e crianças famintas em território da Grécia, ocupado por forças italianas fascistas, durante a Segunda Guerra Mundial.

A recuperação da capacidade de produção mundial de alimentos ganhou centralidade no pós Guerra, quer pela real necessidade de alimentar uma população que não tinha alimentos suficientes, quer pela oportunidade, vislumbrada pelo governo dos EUA, de implantar no restante do mundo um modelo de agricultura que fizesse uso dos insumos produzidos nos EUA. Dessa forma, o padrão americano de agricultura foi introduzido como componente do Plano Marshall (1947-1951), cujos

recursos à época somavam US\$ 12 bilhões, e, posteriormente, como norte para a política agrícola da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), criada em 1948 por iniciativa da França para ajudar os países receptores do Plano na sua implementação.

Logo após o término do Plano Marshall, o governo americano aprovou em 1954 a Lei Federal 480, um marco (negativo) na história da alimentação no mundo. A lei criava o programa de ajuda alimentar dos EUA, o qual estendeu o padrão americano de agricultura internacionalmente. Se, de um lado o programa fez chegar alimentos àqueles que estavam em condição de insuficiência (*famine*) ou falta (*starvation*) de alimentos, ele levou consigo a destruição da produção de alimentos nas localidades e mudanças alimentares com redução do espectro de alimentos consumidos, alteração de preferências, e uma redução da nutrição (McMichael, 2010), e seu impacto foi ainda maior nos locais mais vulneráveis à escassez de alimentos.

Isso ocorreu porque a prática dos EUA foi a de distribuir como ajuda alimentar os excedentes da agricultura americana, doados para aqueles que necessitavam de ajuda urgente, ou para aqueles países que poderiam vir a fazer a passagem de receptores de ajuda humanitária (*food aid*) a compradores de alimentos (*food trade*). “Este regime de exportação de alimentos”, diz FRIEDMANN (1982, p. 21), “remodelou, e de fato ocidentalizou, dietas de consumidores recentemente urbanizados em regiões em industrialização nos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que solapou os pequenos produtores rurais” com alimentos básicos vendidos a preços abaixo do custo de produção local.

As consequências desse regime alimentar são resumidas por McMichael (2010):

“Estados pós-coloniais dentro da órbita ocidental da ajuda (técnica e militar) e do comércio abraçaram o modelo de desenvolvimento, [por meio da] comercialização de bens públicos (terra, floresta, água, recursos genéticos, conhecimento indígena), e expandiram os sistemas de cultivo direcionados ao mercado (*cash-cropping systems*) com vistas a pagar as importações de tecnologia e bens de consumo de luxo. Culturas de subsistência experimentaram uma concorrência contínua das importações de alimentos baratos e expansão relações agrícolas mercantis. A expropriação camponesa intensificou-se com o aprofundamento dos mecanismos coloniais de acumulação primitiva por Estados pós-coloniais. De 1950 a 1997, a população rural do mundo diminuiu em aproximadamente 25 por cento, e agora 63% da população urbana do mundo habitam em, e à margem de, cidades do Sul Global que se alastram continuamente.” (MCMICHAEL, 2010, p. 58)

Esses efeitos não são, entretanto, resultado único da cooperação internacional e da ajuda humanitária no campo da alimentação. Os mercados agrícolas, seguindo o padrão da Revolução

Verde, transformaram paisagens rurais, e levaram a uma padronização das formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. A agricultura passou a ser intensiva no uso de insumos químicos derivados do petróleo, no uso de energia, no emprego de maquinário e na adoção de uma assistência técnica e extensão rural. Em paralelo, a introdução do capital nas cadeias de distribuição de alimentos criou as modernas redes de supermercados, que não apenas destruíram o pequeno comércio nas localidades, como passaram a ser um elemento central no novo padrão alimentar mundial.

Adicionalmente, as corporações privadas, nacionais e transnacionais, têm implementado novas agroindústrias em países como Argentina, Brasil, China, Índia, México, Paquistão, Filipinas, África do Sul, Taiwan e Tailândia. A política é o fornecimento de carnes ou de grãos que alimentem animais destinados ao abate. Todo esse conjunto de fatores possui direta influência na ocupação de novas áreas destinadas a pastagens no Brasil, como, por exemplo, na Amazônia, ocasionando diversos impactos, do desflorestamento à escassez de água.

O modelo de desenvolvimento neoliberal teve os contornos de sua dimensão institucional expandidos com a criação, em 1995, da Organização Mundial de Comércio (OMC), dando sequência à chamada Rodada Uruguay do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT). O acordo da OMC sobre a Agricultura (AoA), de um lado, proíbe a formação artificial de preços por meio de restrições comerciais, controles de produção, e órgãos de comércio. Essas restrições têm forçado os países do Sul Global a abrir seus setores agrícolas à concorrência internacional. Ao mesmo tempo, a OMC não interfere nas práticas internas dos Estados Unidos e da União Europeia, que mantêm enormes subsídios aos seus setores agrícolas.

Esse processo tem sido extensivamente analisado, com a comprovação inequívoca de que a dissociação de subsídios das práticas de mercado faz com que os preços de produtos agrícolas nos EUA e na Europa, em especial as carnes, a soja e derivados do leite tenham preços irrealistas, muitas vezes abaixo do custo de produção, impedindo a competição internacional e, muitas vezes, chegando a outros países com preços que a produção rural nacional não consegue competir. Apesar dessas limitações, a agricultura continuava a ser o principal fator orientador (*driver*) de crescimento econômico e alívio da pobreza, escreveram Koning e Pinstrip-Andersen (2007, p. 10) Na mesma publicação, Östensson (2007) observou, no entanto, que os países menos desenvolvidos que dependem de exportações agrícolas “experimentaram nas últimas décadas crescimento baixo e participações reduzidas em mercados.”

Segundo McMichael (2010), por meio da regra de "importação mínima" da AoA, os países (do Sul Global) não conseguem construir estratégias de segurança alimentar, e veem seus setores agrícolas expostos a uma concorrência internacional cujos preços são artificiais. A intensificação dos "circuitos de alimentação sob controle das regras da OMC", diz McMichael (2010, p.60), "possibilitou que a 'segurança alimentar' seja privatizada nas mãos das corporações."

Já em 1993 Friedmann antecipava a emergência de uma crise global de alimentos, ao notar a dinâmica das empresas agroalimentares que, à época, já haviam passado a ser "os principais agentes que tentam regulamentar as condições agroalimentares, isto é, organizar condições estáveis de produção e consumo que lhe permita planejar investimentos, abastecimento de matérias-primas agrícolas, e marketing." "O sector agroalimentar está agora focado em comida – indústria e serviços de comida – mais do que na agricultura", observada Friedmann (1993), para concluir que "o caráter de classes, urbanas e rurais, envolvidos na produção de alimentos, mudou. Como os agricultores diminuíram em número e unidade, e [como] os trabalhadores perderam parte de seu poder de negociação com as corporações agroalimentares, política de alimentação mudou para questões urbanas." (Friedmann, 1993, p. 52) Para a autora, essa mudança abria a oportunidade de que fosse criada uma "política alimentar positiva", o que, anos mais tarde, viria a se configurar na atual política do Fundo de das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), sobre "direito a comida", como se verá adiante.

No entanto, a maior participação das corporações no mercado de alimentos causou grande impactos a partir de 2007, quando os mercados financeiros entraram na crise das hipotecas (subprime) nos Estados Unidos, que se generalizou na economia mundial, e teve repercussão particularmente perversa nos mercados agrícolas, contribuindo decisivamente para a crise alimentar global.

4. A crise alimentar global

Diversos fatores convergiram em paralelo à crise das hipotecas para tornar o cenário ainda mais sombrio para a agricultura dos países em desenvolvimento, de tal forma que essa conjunção negativa passou a ser chamada de "a tempestade perfeita". Desde 2008, os elementos-chave dessa tempestade permanecem "na atmosfera" dos negócios agrícolas, atingindo negativamente, em especial, os países em desenvolvimento produtores de alimentos. A chamada "food crisis", ou crise alimentar, tem uma forte componente financeira, dentre outras dimensões que a configuram.

Uma das principais características da atual crise alimentar no mundo é que ela não se caracteriza pela falta de alimentos (Clapp, 2011). A produção mundial de comida é suficiente para a alimentação em quantidade adequada de toda a população existente. Fome e insegurança alimentar são dois conceitos que caminham juntos. A segurança alimentar é uma condição que se atinge quando quatro condições estão presentes simultaneamente: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. (FAO, 2013) A insegurança não implica em fome, necessariamente, mas toma fome reflete insegurança alimentar.

Portanto, um ponto de partida nesse debate é que para se acabar com a fome não se trata de aumentar a produção de alimentos no mundo. A disponibilidade de alimentos é fundamental, mas, tratada de forma isolada, não garante a solução do problema. Muitos debates a partir do pós Segunda Guerra estiveram centrados na condição de disponibilidade, o que não apenas não resolveu o problema da fome, como, muito menos, resolveu o problema da nutrição, como se verá adiante. A condição de acesso passou a ser internacionalmente discutida a partir do trabalho de Amartya Sen (1983), sobre a fome na Etiópia, mostrando que durante o pior período de fome havia comida suficiente nos mercados locais.

Situação semelhante ocorreu com a crise alimentar global que teve início na virada de 2007 para 2008, posto que, nesse período, ocorreu um recorde de produção de alimentos no mundo, e, mesmo assim, os preços dos alimentos subiram drasticamente e de forma muito rápida. “Entre 2006 e 2008, os preços médios mundiais de arroz aumentaram em 217%, de trigo em 136%, de milho em 125%, e de soja em 107%.” (MURPHY, BURCH e CLAPP, 2012) Após um período de cerca de um ano nessa alta elevada, os preços caíram e, dois anos depois, a partir de 2010, voltaram a experimentar um novo período de alta, até o final de 2012, quando começaram a cair continuamente, tendo voltado a registrar, um crescimento (4%) em outubro de 2015. (FAO, 2015) Segundo Clapp (2012), a FAO estimava que o valor do trigo no mercado futuro em março de 2008 estava 60% acima do seu valor esperado.

Observa-se, portanto, uma elevada volatilidade nos preços dos mercados de alimentos, o que impacta negativamente na condição de estabilidade, necessária à segurança alimentar, e também o acesso, pois os pobres são menos aptos a enfrentar situações econômicas voláteis, bem como obter o que demandam diante de preços elevados.

Por isso, Clapp (2011) estima que já foi ultrapassada a marca de um bilhão de pessoas que passa fome diariamente. Trata-se de uma crise global, que tem passado “despercebida” em algumas partes do mundo, talvez especialmente no Brasil, porque se trata de um país fornecedor de alimentos, que

tem se beneficiado com a crise pela venda de seus produtos agropecuários nos mercados internacionais. Mas a crise global está piorando (Clapp, 2011), num cenário onde não há consensos sobre as causas da crise, sobre suas consequências, e sobre o que fazer. No intuito de decifrar essa complexidade, Jennifer Clapp propõe separar as dimensões que têm efeito no curto prazo, daquelas de longo prazo, e características estruturais.

Clapp distingue como o principal elemento de curto prazo o problema da volatilidade nos preços. Segundo ela, nesse ponto existe maior concordância sobre as causas da volatilidade, do que sobre o que fazer sobre o problema. Embora a volatilidade tenha sido tratada em 2008 por atores como o Banco Mundial como um problema de oferta e demanda, ficou claro, posteriormente, que não se tratava desse tipo de questão. Ocorreu, sim, uma bolha nos preços dos alimentos no início de 2008, período no qual os agentes financeiros nos Estados Unidos estavam enfrentando a crise das hipotecas. Alguns grandes investidores passaram a ter recursos para aplicar, e buscavam naquele momento fontes rentáveis. Então eles localizaram a possibilidade de obter elevada rentabilidade aplicando no mercado de commodities agrícolas, por meio de produtos financeiros já existentes, e, também, criando novos produtos. Surgiram então derivativos de commodities agrícolas, cuja lógica é apostar na elevação de preços, quando mais elevado o preço no menos prazo, maior o lucro.

Surgiram os chamados Commodity Index Funds (CIF), que reúnem em um único produto financeiro os commodities agrícolas (chamados “soft”), os energéticos (óleo e gás), e os minerais (ambos chamados de “hard”). Embora, conforme apontam Murphy, Burch e Clapp (2012) os mercados financeiros em diversas partes do mundo já negociassem commodities desde o século XVIII (tendo a Bolsa do Café foi criada em Santos em 1917), a entrada de grandes volumes de capital e a elaboração de novos produtos financeiros desvinculou a lógica de preços do padrão tradicional nos mercados, baseada em oferta e demanda dos próprios produtos agropecuários. Segundo Clapp (2012) os Commodity Index Funds passaram de um total de US\$ 15 bilhões em 2003 para US\$ 200 bilhões na metade de 2008. Esse crescimento e surgimento de novos CIFs foi possível graças à desregulamentação de mercados financeiros das décadas de 1990 e 2000, nos Estados Unidos.

A variação de preços de alimentos não é uniforme no mundo. O índice de preços da FAO não é capaz de capturar essa variação. No caso da crise de 2008, observou-se que, mesmo após a queda de preços nos mercados internacionais, diversos países que dependem da importação de alimentos para garantir a ingestão da população mantinham preços elevados, ou mesmo chegaram a aumentá-los ainda mais. Isso ocorreu porque não havia dinheiro disponível nos mercados financeiros para empréstimos para que esses países pudessem comprar alimentos (Clapp, 2011).

Adicionalmente, muitos países tiveram que desvalorizar suas moedas para manter a competitividade nos mercados internacionais para outros bens que exportam. O efeito colateral foi que os preços dos alimentos permanecerem altos nos mercados internos, o que resultou em um enorme impacto no aumento da fome. Crises econômicas também causam desemprego nos países centrais, o que diminui o envio de remessas por expatriados, o que piora ainda mais a situação. Outro fator adicional à crise foi a redução da capacidade de ação do World Food Program das Nações Unidas, e de outras ONGs de ajuda alimentar, que, em face da crise, viram seus recursos orçamentários diminuir, ao mesmo tempo em que a comida, também para eles, estava mais cara para ser comprada e distribuída.

Várias outras dimensões têm contribuído para manter e aumentar a crise global de alimentos. Magdoff e Tokar (2010) destacam que tem havido um aumento na destinação de grãos para a alimentação de animais, para geração de eletricidade e para produção de agrocombustíveis. Ocorre também uma descampenização entre os produtores rurais, com redução contínua da população residente no campo, concentração da propriedade da terra, e grilagem nacional e internacional de terras na maior parte dos países em desenvolvimento. Shurman e Munro acrescentam a dimensão tecnológica que vem incorporada (*embedded*) no atual regime agroalimentar, posto que “a tecnologia é ela mesma global” e traz consigo “sementes globais, mercados de commodities, corporações multinacionais, e regimes de comércio internacional.” (SHURMAN e MUNRO, 2010, p. xxiii, xxiv)

Nicholson (2011, p. 9) acrescenta a centralidade da questão ambiental, posto que “o cerne de todas as preocupações no mundo atualmente é a comida e o meio ambiente.” Não se trata apenas “do que comemos, mas quem está produzindo a comida e como ela é produzida. Desde que um sexto da população no mundo está passando fome (*starving*), essa preocupação está crescendo.” Dado que um dos motivos da fome reside nas condições de acesso, os problemas de pobreza e desigualdades sociais necessitam ser considerados para a compreensão ampla do problema, e desenho de alternativas de garantam às populações o direito a uma alimentação de qualidade, ou seja, nutritiva.

A segurança alimentar não ocorre desvinculada de seu aspecto nutricional. Não basta ter o que comer, caso contrário uma fábrica de hambúrgueres solucionaria a fome no mundo. Apesar de uma (fictícia) fábrica de hambúrguer não ser a solução, Stédile e Carvalho (2011, p. 21) lembram que “nunca antes na história da humanidade a comida tem estado concentrada em uma única matriz de produção como ela é hoje.” E uma matriz alimentar que – apenas o senso comum já é capaz de perceber – mostra-se incapaz de oferecer nutrição à população mundial porque padroniza dietas ao redor de um número reduzido de alimentos, que são produzidos com (sobre)uso intensivo de

agrotóxicos, e que tem crescentemente utilizado transgênese ou são portadores de transgenia por contaminação.

Embora o senso comum indique o desconforto das pessoas com a comida, e a percepção no próprio corpo de malefícios dela advindos, o debate sobre nutrição é tema complexo. Primeiramente, as corporações privadas fazem a sua ciência para “provar” a segurança dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos. Em segundo lugar, existem quatro tipos de má nutrição, que podem ocorrer isoladamente ou em conjunto (LEATHERS e FOSTER, 2004, p. 25):

- (i) Sobrenutrição: consumo excessivo de calorias;
- (ii) Má nutrição secundária: quando a pessoa possui uma condição, ou doença, (exemplo: anemia, anorexia, parasitas, infecções) que a impede de fazer uma digestão ou absorção adequada de comida;
- (iii) Dieta deficiente ou má nutrição de micronutrientes: falta de um ou mais dos nutrientes essenciais (exemplo: vitamina A, iodo, ferro e outros micronutrientes, como vitaminas B, C, D, zinco e outros);
- (iv) Má nutrição proteína-calórica: subconsumo de proteínas e calorias (normalmente associado ao consumo excessivo de carboidratos).

As diversas faces do problema alimentar não podem ser compreendidas isoladamente. Juntas, elas configuram, em termos conceituais, a questão agrária contemporânea. Ela ultrapassou a questão agrária clássica, baseada na transição de modos (ou formas) de produção pré-capitalista, para a industrialização e urbanização próprias das formas de produção e reprodução do capital. A questão agrária atual envolve as dinâmicas do capitalismo monopolista-financeiro, que possui, justamente na dimensão agrária, os contornos mais amplos e estruturais da sua forma de dominação.

Na atual questão agrária, duas dimensões inter-relacionadas ressaltam. A primeira diz respeito ao papel do campesinato diante de um regime alimentar corporativo que, mesmo já controlando as diversas etapas do processo de produção e comercialização, encontra-se em expansão, desenvolvendo novas tecnologias e acumulando novas terras, especialmente nos países tropicais. O regime corporativo desconsidera completamente a relevância do campesinato, “que compreende quase metade da humanidade.” (AMIN, 2011, x) Para tal regime, ao campesinato restaria a alternativa possível de tornar-se agricultor familiar, ou tornar-se proletário. Para a crítica marxista, o campesinato permanece como “uma força não testada”, cuja capacidade produtiva poderia ser promovida com suporte do Estado para garantia da posse da terra e acesso aos mercados, com ênfase no papel das cooperativas, mas sem abandonar o processo de industrialização que, pelo contrário, pode “servir à melhoria tecnologia da agricultura e iniciativas cooperativistas, e o atingimento de

soberania alimentar em escala nacional e regional”, garantidos os aspectos de igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental necessários à mobilização política e na organização cooperativista de produção e reprodução.” (MOYO, JHA, e YEROS, 2013, p. 114) Os autores também destacam que a “questão da terra” é parcialmente diferente da questão camponesa e da questão agrária, “posto que a terra possui funções de reprodução para diversas comunidades, sejam elas urbanas ou rurais, ‘nativas’ (*indigenous*) ou semelhantes, bastante diferentes da produção.” (MOYO, JHA, e YEROS, 2013, p. 114, 115)

5. Conclusão

A atual crise alimentar é resultado de um processo histórico que possui suas raízes no período colonial, mas que foi substancialmente alterado a partir da introdução de tecnologia e capital na década de 1950. As mudanças decorrentes da chamada Revolução Verde aumentaram a quantidade de alimentos produzidos no mundo, mas, ao mesmo tempo, reduziram enormemente as áreas produtoras que não adotaram esse novo modelo, causando impactos diversos no processo de desenvolvimento.

Esse modelo capitalista de produção agrícola, ou regime alimentar corporativo, causa impactos diretos sobre nutrição, meio ambiente, gênero, e sobre o pequeno produtor rural, quer seja ele camponês ou agricultor familiar. No intuito de garantir a sua reprodução, o regime corporativo tem comprado e grilado (*land grabbing*) áreas de grande extensão em países em desenvolvimento, em especial os tropicais. Esse conjunto de impactos negativos da agricultura coloca em xeque a segurança alimentar e nutricional de milhões de pessoas.

Paradoxalmente, a maior quantidade de produção de alimentos não foi capaz de acabar com a fome no mundo. Dado que diversos fatores indicam a necessidade de se aumentar em larga escala a produção mundial de alimentos, é de se esperar que o modelo corporativo cause impactos adicionais, colocando em xeque, inclusive, a segurança alimentar e nutricional de países e regiões. Tal modelo traz consigo uma dependência crescente dos países em desenvolvimento para com os países detentores das tecnologias agrícolas modernas, e, talvez ainda mais dramático, uma dependência em relação a grandes corporações de produção de alimentos, que ampliam as diversas formas de acumulação capitalista.

6. Bibliografia

ALTIERI, M.A. e TOLEDO, V.M. The Agroecological Revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, July 2011, pp. 587-612.

AMIN, S. *O Desenvolvimento Desigual – Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

AMIN, S. Preface – Food Sovereignty: A struggle for convergence in diversity. In Holt-Giménez, E. (Ed.) *Food Movements Unite! Strategies to transform our food systems*. Oakland (CA): Food First Books, 2011.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CLAPP, J. *Food*. Cambridge: Polity, 2011.

CLAPP, J. *The Financialization of Food: Who is Being Fed?* Paper prepared for presentation at the International Society for Ecological Economics Conference, June 16-19, 2012, Rio de Janeiro, Brazil, 2012.

DAVIS, M. 2000. The Origin of the Third World, *Antipode* 32:1, pp. 48–89; p.59.

DAVIS, M. 2003. O genocídio da grande fome do século 19. *Le Monde Diplomatique*, abril de 2003. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=957>, acessado em 22 novembro de 2015.

DAVIS, M. *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*, Londres: Verso, 2001.

DIAMOND, J. *Armas, Germes e Aço - Os Destinos das Sociedades Humanas*. São Paulo: Record, 2001.

EICHER, C.K. e STAATZ, J.M. Agricultural Development Ideas in Historical Perspective. In: EICHER, C.K. e STAATZ, J.M. (Eds.), *Agricultural Development in the Third World*, Johns Hopkins University Press, Baltimore e Londres, 1990.

FAO. 2013. The State of Food Insecurity in the World - The multiple dimensions of food security. Roma: FAO, disponível em <http://www.fao.org/docrep/018/i3434e/i3434e.pdf>, acessado em 21.11.2015.

FAO. 2015. FAO Food Price Index, disponível em <http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>, acessado em 29.11.2015.

FAO. 2015b. FAO – Food Security, disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/en/>, acessado em 29.11.2015.

FAO/OCDE. Perspectivas Agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira 2015-2024, Roma: FAO, disponível em <https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>, acessado em 12.10.2015.

FRIEDMANN, H. Agriculture and the State System – The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present, *Sociologia Ruralis*, Vol. XXIX-2, 1989.

FRIEDMANN, H. The Political Economy of Food: A Global Crisis. *New Left Review*, 197: 29-57, 1993.

FRIEDMANN, H. The Political Economy of Food: the rise and fall of the postwar international food order. *American Journal of Sociology*, 88, p. 248-286, 1982.

HIRSHMAN, A.O. *The Strategy of Economic Development*, Yale University Press, New Haven, 1958.

HOBSBAWM, E. The Age of the Empire: 1875-1914. Nova Iorque: Pantheon, 1987. In:

- JOHNSTON, B., Mellor, J., 1961. "The role of agriculture in economic development." *American Economic Review* 51(4): 566-593.
- KONING, N. e PINSTRUP-ANDERSEN, P. (Eds.) *Agricultural Trade Liberalization and the Least Developed Countries*. Dordrecht: Springer, 2007.
- LEATHERS, Howard D. e FOSTER, P. *The World Food Problem – Tackling the causes of undernutrition in the Third World*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.
- LERNER, D. *The Passing of Traditional Society*, The Free Press, New York, 1964.
- LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour, *Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 22, n° 2, pp. 139-91, 1954.
- LITTLE, I.M.D. *Economic Development: Theory, policy and international relations*, Basic Books, New York, 1982.
- MAGDOFF, F. e TOKAR, B. *Agriculture and Food in Crisis – conflict, resistance, and renewal*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2010.
- MCMICHAEL, P. A Food Regime Genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 36(1): 139- 170, 2009.
- MCMICHAEL, P. The World Food Crisis in Historical Perspective. In: MAGDOFF, F. e TOKAR, B. *Agriculture and Food in Crisis – conflict, resistance, and renewal*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2010.
- MOYO, S. JHA, P. e YEROS, P. The Classical Agrarian Question: Myth, reality and relevance today. *Agrarian South Journal of Political Economy* 2(1) 93-119, pp. 93-119, 2013.
- MURPHY, S; BURCH, D; e CLAPP, J. Cereal Secrets - The world's largest grain traders and global agriculture. Oxfam Research Reports (august 2012), disponível em <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-en.pdf>, acessado em 18.09.2015, 2012.
- NICHOLSON, P. Food Sovereignty: Alliances and transformations. In Holt-Giménez, E. (Ed.) *Food Movements Unite! Strategies to transform our food systems*. Oakland (CA): Food First Books, 2011.
- OCDE/FAO. *Perspectivas Agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira 2015-2024*. FAO: Roma, disponível em <https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>, acessado em 25.11.2015, 2015
- ÖSTENSSON. O. Agricultural Trade, Development Problems and Poverty in the Least Developed Countries: An overview. In: KONING, N. e PINSTRUP-ANDERSEN, P. (Eds.) *Agricultural Trade Liberalization and the Least Developed Countries*. Dordrecht: Springer, 2007.
- OXFAM. History of Oxfam International, disponível em <https://www.oxfam.org/en/countries/history-oxfam-international>, acessado em 23.11.2015, 2015.
- PEBRISCH, R. "Commercial Policy in the Underdeveloped Countries", *American Economic Review*, vol. 64, May, pp. 251-73, 1959.
- PERROUX, F. *L'Économie du XXe Siècle*, Presses Universitaires de France, Paris, 1961.
- POTTER, R.B. e UNWIN, T. (eds.) *The Geography of Urban-Rural Interaction in Developing Countries*, Routledge, London, 1989.

REUTINGLER et al. *Poverty and Hunger Issues and Options for Food Security in Developing Countries*. Washington: Banco Mundial, disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/09/17/000178830_98101901455676/Rendered/PDF/multi_page.pdf, acessado em 30.11.2015, 1986.

ROSTOW, W.W. *Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto*, Cambridge University Press, Cambridge, 1960.

SEN, Amartya. 1983. *Poverty and Famines: An essay on Entitlement and Deprivation*, Oxford: Oxford University Press.

SHURMAN, R. e MUNRO, W. A. *Fighting for the Future of Food – Activists versus agribusiness in the struggle over biotechnology*. Mineapolis: University of Minesota Press.

STÉDILE, João Pedro e CARVALHO, Horácio Martins de. 2011. People Need Food Sovereignty. In Holt-Giménez, E. (Ed.) *Food Movements Unite! Strategies to transform our food systems*. Oakland (CA): Food First Books.

VIA CAMPESINA. 2015. Declaration of Nyéléni, disponível em <http://nyeleni.org/spip.php?article290>, acessado em 20.11.2015.